

40 ANOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UFAC: UM LIBELO EM NOME DAS LIBERDADES E IGUALDADES

José Dourado de Souza¹
Maria José Bezerra²

Iniciamos esta retrospectiva da trajetória do Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Acre, inspirados na pergunta que Ethyene, filho do historiador francês, Marc Bloch, lhe fez com a inocência, simplicidade e profundidade das crianças: Pai, para que serve a história? Esta frase lembrada por ele, num campo de concentração, na França ocupada pelo exército nazista alemão, e antes de ser fuzilado em 1944, fez com que este historiador, em condições subumanas, escrevesse a mais bela declaração de amor a história: “Apologia da história e o ofício do historiador”.

Declaração esta que evidencia a complexidade do ser humano inserido nas teias da vida social. Esta obra inacabada, é completa, e ele, Marc Bloch, respondeu à pergunta, legando a humanidade, especialmente aos profissionais de história, o testemunho da relação dialética entre teoria e prática no fazer histórico, mas, também, revelou que a missão da história é lembrar, ou lembrar à humanidade, que nunca de vemos esquecer a nossa finitude, e valorizar a existência, em quaisquer circunstâncias, corrigindo os erros do passado.

Diante do exposto, o trajeto do Curso de Licenciatura em História, da UFAC não pode ser compreendido desvinculado das conjunturas local, nacional e mundial. E, neste sentido, a década de 1960 foi mundialmente vulcânica, pois os sistemas político, social e econômico, bem como os valores morais e éticos da sociedade pós-guerra passaram a ser contestados pela juventude através de manifestações de movimentos culturais e políticos que culminaram no “Maio de 1968”, em Paris. Nos Estados Unidos da América, a luta política concentrou-se nos direitos civis dos negros, e no Brasil, pós 1964 no combate a quebra da democracia, nas várias instâncias do poder institucional.

No Acre, elevado a condição de Estado da federação brasileira, em 15 de junho de 1962, através da Lei 4.070, o desafio dos jovens, que entusiasticamente tinham eleito para o governo, o jovem idealista José Augusto de Araújo, com a deposição deste, tiveram seus anseios de mudanças estilhados, e a perspectiva dos estudantes secundaristas oriundos dos segmentos subalternos era

1 Prof. Dr. em Educação, pela UFMG, e Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFAC.

2 Prof.^a Dr.^a em História Social pela USP e docente aposentada da UFAC.

fazer um curso superior, porém as suas famílias não possuíam condições financeiras para mantê-los em outros estados do Brasil.

Por sua vez, os governadores do Acre indicados pelos generais–presidentes reconheceram que era necessário formar quadros de nível superior para atender as demandas da burocracia estatal e o desenvolvimento dos Planos de governos, relacionados aos Programas Nacionais de Desenvolvimento – PNDs que preconizavam a expansão do capital na Amazônia. Relevante considerar que várias personalidades públicas, tais como: Jorge Kalume, Omar Sabino de Paula, Jersey Nazareno de Brito Nunes, entre outros passaram a defender o projeto de criação de uma universidade no Acre.

A este respeito, Souza (2006: p 13-14), assinala que:

O Acre [...] ressentia-se, então, dos seguintes problemas: - Inexistência de técnicos e especialistas nas áreas mais urgentes, a saber: Agricultura, Saúde, Educação, Planejamento e Economia. – A mão de obra especializada necessária para prover de condições mínimas os mecanismos de planejamento, administração, ensino, tinha que ser importada de outros estados, com duas implicações: - os técnicos e o pessoal de nível superior, como é o caso dos médicos, educadores, agrônomos, veterinários, economistas somente se deslocariam para essas regiões mais afastadas dos centros desenvolvidos mediante motivação financeira compensadora.

E, nesse contexto urgia criar uma universidade estadual no Acre, sendo criado o Curso de Direito (1965), e com ele a Faculdade de Direito, e o Curso de Economia (1969), e a conseqüente Faculdade de Economia.

Nessa conjuntura se insere, também, as reivindicações da juventude, através da Casa do Estudante Acreano, ou de forma individualizada, destacando alguns nomes: Manoel Ferreira Lima, João Crescêncio de Santana e outros. Porém se faz necessário destacar, que nesse período existiram jovens, intelectuais e professores do (no) Acre que se insurgiam contra a ditadura civil militar, instituída em 1964, bem como movimentos culturais focados na contracultura ou cultura engajada, inclusive, com apoio de alguns membros da Igreja Católica, ou, mais tarde, sob o “manto protetor do Estado”, no governo de Joaquim Macedo, no que concerne a Elias Mansour e outros.

No ano de 1970, finalmente, foram ampliados os cursos oferecidos a população, quando o governador Jorge Kalume, assinou a Lei nº 318, de 3 de março de 1970, criando a Fundação Centro Universitário do Acre, com os Cursos de Licenciatura Plena de Letras, Pedagogia e Matemática, e o de Estudos Sociais, de curta duração. O CEU passou a compreender os Cursos de Direito e Economia, anteriormente criados. No ano seguinte, o Centro Universitário do Acre, com o aval do Conselho Federal de Educação foi transformado em Fundação Universidade do Acre.

Convém ressaltarmos que o período dos governos militares foi rico, em criação de universidades federais no território nacional. No caso do Acre, geograficamente inserido na Amazônia Sul Ocidental, área de fronteira, no contexto da geopolítica da Amazônia, a performance política e ideológica do Prof. Áulio Gélio, e, principalmente, sua capacidade administrativa contribuíram, quanto a angariar os recursos necessários junto a SUFRAMA, SUDAM e outros, para a criação do campus da UFAC, e sua federalização em 1974.

Em reconhecimento aos seus méritos, o prof. Áulio Gélio, pela Resolução nº 22, de 11 de dezembro de 1985, e pela Portaria, de Nº 1, de 16 de abril de 1970, foi designado Diretor Geral do Centro Universitário do Acre, com base na Lei Federal, nº 5540, de 28 de novembro de 1968. Sendo, no ano seguinte (1971), nomeado, pelo artigo 16, item I, da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, Reitor da Fundação Universidade do Acre. E, pelo Decreto do Ministério da Educação

e Cultura, de 22 de fevereiro de 1979, é nomeado Reitor por 4 anos, sendo, depois, substituído pelo Reitor de transição, prof. Omar Sabino de Paula, até a nomeação do primeiro Reitor eleito da UFAC, Moacir Fecury Ferreira da Silva, em 1984.

Anos depois, ocorreu o reconhecimento oficial da comunidade universitária, ao prof. Áulio Gélío, quando na administração do Reitor Jonas Souza Filho, conforme Resolução de 27 de agosto de 1982, o Campus Universitário passou a ser denominado: “Campus Universitário Reitor Áulio Gélío Alves de Souza”.

Há também que se considerar que a institucionalização do AI5, em 1968, ante os embates políticos realizados pelos estudantes, notadamente os secundaristas e universitários, por meio da UNE - União Nacional dos Estudantes, bem como pelos escritores, jornalistas, músicos, intelectuais, e as ações dos diferentes grupos de luta armada, fizeram com que o MEC diminuísse a carga horária da disciplina história, introduzindo nos currículos de ensino fundamental e médio (1º e 2º grau, na época), as disciplinas de Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil – OSPB, além da extinção dos grêmios escolares e criação dos centros cívicos.

Quanto ao ensino superior foi implantado o Ciclo Geral, ou seja: o universitário ao fazer o vestibular, e ser aprovado, ele não entrava diretamente no curso profissional, pois teria que, durante 1(um) ano, pagar as disciplinas do referido Ciclo, além de, também, introduzir a disciplina EPB (Estudo dos Problemas Brasileiros), em geral, realizada através de palestras, sob a supervisão de uma Coordenação que, na UFAC, foi representada por alguns profissionais de seu quadro docente, por designação do próprio reitor. Também, em relação ao Ciclo Geral, havia uma coordenação própria, além da “vigilância” aos comportamentos e ações daqueles que constituíam a comunidade universitária. Aliás, ainda hoje é notório a existência de duas efemérides: Revolução Democrática de 31 de março de 1964, a Redentora; e Golpe Civil Militar, em 1 de abril de 1964.

Estas medidas tiveram como finalidades desarticular, no âmbito das universidades, os estudantes, e “controlar” a ministração dos conteúdos de história, além de definir os currículos de Moral e Cívica e OSPB.

Em relação ao Curso de Estudos Sociais, o mesmo era equivalente a Licenciatura Curta, e capacitava os professores para o ensino dos conteúdos de História e de Educação Moral e Cívica (1º grau), porém para que este docente pudesse, legalmente, atuar no ensino de história e OSPB do, então, 2º grau, este teria que fazer uma complementação de Estudos Sociais, em História ou Geografia. A UFAC ofereceu esta modalidade de cursos, nos anos de 1974 a 1979, possibilitando aos cursistas o título de Licenciado Pleno em História ou Licenciado Pleno em Geografia.

Vale ressaltar que a partir de meados da década de 1970, se fortaleceram os movimentos contra a ditadura civil militar, através da imprensa, especialmente da “imprensa nanica”, ou seja jornais ideológicos, de oposição ao regime militar, comícios, movimentos organizados por associações de classe, intelectuais e artistas. Várias foram as frentes de luta: movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Movimento dos Professores, Movimento Artístico-Cultural, Movimento dos Trabalhadores Rurais etc.

Relevante considerar o caráter vanguardeiro do Curso de História, ainda no formato de Estudos Sociais, pois o sonho almejado era implantar um Curso de História, com base nos fundamentos da concepção humanista e que desde a sua implantação, estivesse centrado na relação docência – pesquisa e extensão. É nessa perspectiva que foi criado o Centro de Documentação e Informação Histórica – CDIH, com as finalidades de criar um laboratório para as pesquisas dos docentes e discentes.

E, neste sentido, foi desenvolvido junto à comunidade acreana, especialmente rio-branquense, um projeto de sensibilização quanto a doação de documentos históricos, pertencentes a particulares, ou a personalidades públicas e, pessoas em geral, preferencialmente, sobre o Acre, ou outras regiões do Brasil. E, o resultado é que foram doados documentos em suportes diferenciados, alguns mais apropriados para museus e arquivos, do que um centro de documentação, os quais anos depois foram disponibilizados para outros espaços de memória administrados pelo governo do Estado do Acre (Museu da Borracha, Fundação Elias Mansour e Memorial dos Autonomistas).

Este laboratório de pesquisa, ainda foi organizado segundo a concepção positivista da história, no que concerne ao conceito de documento histórico, que preconizava que cabia ao historiador fazer a crítica interna e externa dos documentos, e depois construir uma narrativa histórica, conforme as informações retiradas dos documentos, numa relação de causa e efeito. Em termos administrativos, com o tempo passou a ser vinculado diretamente a Reitoria da UFAC, porém os coordenadores pertenciam aos quadros de professores de geografia e história, dentre os quais destacamos: Maria Madalena, Élio Garcia, Pedro Martinello, Cleusa Damo Rancy, ainda na fase embrionária, e depois os docentes Manoel Ferreira Lima, Nanci Neiza W. de Oliveira, Maria José Bezerra, Rosana Martins de Oliveira, Gerson Rodrigues de Albuquerque, Valmir Freitas de Araújo e outros. E o quadro técnico, dentre outros podemos destacar Francisca Cunha e Ivna Canavieira Monteiro.

Na administração do Reitor Sansão Ribeiro foram concentrados esforços para qualificar recursos humanos em arquivista, com o objetivo de selecionar, organizar, preservar e acessar os documentos aos pesquisadores, sendo encaminhadas para fazer um curso de especialização em arquivística, na Universidade de São Paulo, coordenado pela Prof^a Dr^a Heloisa Belloto, as técnicas de nível superior, Francisca Cunha e Ivna Monteiro e a Prof^a Nanci Neiza W. de Oliveira. A técnica Almira Lima Machado, funcionários de outros setores da UFAC e fora dela, tiveram acesso aos conhecimentos básicos de arquivista, por meio de cursos básicos de arquivo, periodicamente, ministrados pela Prof^a Maria José Bezerra, alguns com treinamento em serviços.

Com o decorrer dos anos novos acervos, através de doações, foram agregados ao acervo “primitivo”, e a título de ilustração citamos: o do governador Geraldo Mesquita, dos docentes: Cleusa Maria Damo Rancy e Reginaldo Castela, da Intendência do município de Xapuri, do Diretório Central dos Estudantes (DCE), do Instituto Histórico e Geográfico do Acre (através de Comodato), sendo este a entidade histórica mais antiga do Acre, criada na década de 1920, pelo governador Hugo Carneiro, e do ex-governador do Acre Território, José Guiomard dos Santos, que se constitui o maior acervo do setor, tendo sido disputado, na época da doação pela Sr^a Lydia Hammes Guiomard Santos, pela Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e outros.

Portanto, o CDIH na sua trajetória, passou a ser bastante frequentado pelos docentes e discentes, não só dos cursos de história, mas, também, de outras áreas do conhecimento humano, contribuindo para a produção de dissertações, teses e monografias. Outra realização, de grande relevância para a pesquisa histórica no CDIH, ocorreu nos anos 90, quando a Prof^a Especialista Francisca Leite Ferreira desenvolveu o Projeto de Levantamento e microfilmagem das fontes hemerográficas do Acre, em parceria com a Biblioteca Nacional, o que possibilitou a recuperação e a reprodução dos jornais que circularam no Acre.

Em contrapartida, o CDIH recebeu uma cópia de cada microfilme. Embora, não exista no setor uma leitora e fotocopadora de microfilme, a existência deste acervo possibilita que, via site da Biblioteca Nacional, os interessados possam ter acesso a estes jornais que se constituem fontes

inesgotáveis de estudo e pesquisa sobre o Acre nas fases de Território e Estado, em diversos aspectos. Este fato, no decurso do tempo tem contribuído para a produção de vários livros de docentes da UFAC e membros da Academia Acreana de Letras. A título de exemplo, várias obras da Prof^ª Olinda Batista Assmar, Laélia Maria Rodrigues da Silva, Maria José Bezerra, e tantos outros docentes e alunos dos cursos de bacharelado, incluindo-se, também, as pesquisas para os Mestrado e Doutorado, da UFAC e/ou/com outras instituições.

Do exposto acima, vê-se que o Curso de História, desde o nascedouro foi ousado, no sentido de vencer limitações, buscando sempre novos horizontes nos âmbitos político, teórico–metodológicos, social e institucional, no que se além a qualificação de quadros e a interação ensino–pesquisa–extensão. E a meta atual é transformá-lo no Museu Universitário, no qual seus acervos, os de Paleontologia, do Parque Zoobotânico, arqueologia indígena, também façam parte.

Outro espaço pioneiro e inovador criado, também, na fase de existência do Curso de Estudos Sociais, foi o Laboratório de Paleontologia, que teve como primeiro Coordenador Alceu Ranzi, graduado em geografia, e anos depois, Dr. em Paleontologia, por uma universidade norte-americana, denota a preocupação com a pesquisa, no contexto da graduação, em História, notadamente no que se atinha as disciplinas de pré-história e história antiga, se considerando que a história humana é um “breve” capítulo da história da natureza, do planeta. Estudar os tipos humanos, a fauna e a flora, através de achados materiais é essencial, ainda, para o estudo do Acre antigo, destacando-se as interfaces com várias áreas, principalmente a arqueologia. No entanto, só no ano de 2016 é que o Curso de História passou a contar com os contributos de uma arqueóloga, Ivandra Rampanelli Gualberto Fernandes, com doutorado numa universidade da Espanha, e que vem desenvolvendo estudos referentes ao Acre indígena, particularmente no que se além aos geoglífos.

Notório se faz ressaltar que a Fundação Universidade Federal do Acre criou o Colégio de Aplicação, através da resolução nº 22, de 11 de dezembro de 1981, do Conselho Universitário, tendo iniciado suas atividades no ano de 1982, no entendimento de que este deveria ser um centro de produção de novas tecnologias de ensino. Este fato, contribuiu, sobremaneira, para que os melhores alunos egressos do Curso de História, da FUFAC, tivessem a oportunidade de compor o quadro de docentes daquele colégio. E, até hoje, se observa os investimentos dos profissionais de História, daquela unidade escolar, quanto a inovação de métodos de ensino e capacitação docente, realizando seus mestrados e doutorados.

No ano de 1979, é que o Curso de Licenciatura em História é criado, através do decreto Presidencial nº 83.151, de 22 de fevereiro, subordinado ao Departamento de História e Geografia. Nessa época, este funcionava no nível de Licenciatura Plena. Mais adiante, ocorreu a separação dos departamentos acadêmicos: Departamento de Geografia e Departamento de História, cada um com sua estrutura própria.

Nesse ínterim, se agudiza os movimentos contra os governos militares, no que tange as liberdades e igualdades, em várias instâncias, envolvendo estratégias e práticas diferenciadas. No contexto das universidades, em decorrência do AI5 e da censura instituída, vários docentes foram demitidos ou compulsoriamente aposentados, e crescia em vários espaços da sociedade, os movimentos em prol da anistia geral e irrestrita, o retorno as eleições diretas para todos os cargos políticos e a instituição do pluripartidarismo. Mais adiante, os comícios e showmícios se tornaram frequentes, marcando a paisagem brasileira, pois de norte a sul, leste, oeste e centro-sul, cantava-se o Hino Nacional Brasileiro e “Apesar de você”, resignificando a letra da música de Chico Buarque de Holanda, sobre o brado das “ Diretas Já”.

Esse clima de efervescência política se rebate sobre o ensino de história, numa crítica a concepção tradicional de educação e a necessidade urgente de revisão do ensino de história e da concepção de história do livro didático.

O ensino de história no início dos anos 1980 do século XX realizado nas escolas públicas e privadas era tradicional, centrado nos grandes acontecimentos e nas grandes personalidades, os heróis, com muitas datas e nomes, e viés essencialmente positivista, europeizante e político, que não dava visibilidade aos negros, os povos indígenas, as mulheres, aos pobres, e com as enfadonhas aulas expositivas e os famosos questionários. Alguns professores faziam uso de inovações: estudo dirigido, debates em sala de aula, trabalho de pesquisa e assemelhados.

Porém, as bibliografias dos cursos de graduação em história, apesar do ambiente de censura, começaram a trabalhar com textos e livros de escritores ligados ao materialismo histórico e dialético, com prevalência da concepção marxista da história, utilizando os conceitos de modo de produção ao caracterizar o processo de evolução histórica mundial e do Brasil. Esta mudança de postura política, teórica e metodológica refletia o avanço das críticas aos governos militares, no âmbito das universidades, particularmente nas Ciências Sociais, e ao mesmo tempo, o engajamento de professores de história das universidades e escolas, num movimento de mudança do currículo escolar. Preconizava-se um estudo de história mais problematizado, focado nas relações de classe.

Outras propostas enfatizavam o estudo da história através de conceitos, enfim o almejado era o estudo crítico da história, no ambiente escolar. Outras concepções vindas da França, especialmente da *École des Annales*, com seus conceitos de fato, conjuntura e estrutura, e a relação da história com a geografia, e depois com outras áreas, numa perspectiva inter, trans e multidisciplinar, além de propor estudos de novos temas, novos objetos, novas abordagens, trazendo para o cenário do debate teórico da história, o uso de novos métodos, relacionados a história econômica, social, demográfica, das ideias...A história passa a estudar os homens no tempo e no espaço. E documento histórico passa a ser todo e qualquer registro da atividade humana. Dessa forma se alargou o horizonte da produção e da escrita da história, e da compreensão das relações passado e presente, presente e passado, e memória e história. Porém, na prática houve resistência de professores de 1º e 2º grau que se mantiveram nos limites da história tradicional.

No entanto, o anseio por mudanças era grande no universo dos professores da rede de ensino, o que possibilitou a elaboração e execução do Projeto Estudo das Propostas Curriculares de História e Geografia, realizado em interface com as Secretarias estadual e municipal de Educação, e coordenado pelas chefes de departamentos, Profª Maria Francismar de Souza Bastos (História) e a Profª Maria do Socorro Maia de Oliveira (Geografia). A equipe de história era formada por: Enice Mariano Coelho, Francisca Corina de Azevedo Feitosa, Francisca Leite Ferreira, Maria José Bezerra e José Dourado de Souza, entre outros. E, a de geografia era composta dos professores: Maria de Arruda Macêdo, Maria Francília Rodrigues de Souza e Raimundo Muniz Penha. Contava também com o apoio técnico de: Vânia Maria Serpa Sales, Aldeniza Lima Guimarães, Antônia dos Santos Barros (SEC), e Adelaide Maria Costa e Silva (SEC/SEMEC), e da aprovação do Secretário Estadual de Educação, Josué Fernandes de Souza.

O desenvolvimento deste projeto, de caráter permanente, implicou na realização de seminários, alguns contando com as presenças de historiadores de outras universidades, que nas suas falas abordavam diferentes concepções de história, e, principalmente livros didáticos de história mundial e, notadamente do Brasil, que trabalhavam os conteúdos de maneira crítica e contextualizada, a exemplo de Elza Nadai, assessorias aos professores da rede pública quanto a elaboração dos planos

de curso, unidade e aula, por série, cursos de conteúdo histórico, segundo as novas abordagens, produção de apostilhas e/ou xerox de textos. Esse trabalho era executado junto aos professores de história da capital (Rio Branco), e dos municípios do interior do estado do Acre.

E o resultado dessas discussões e publicações de livros, inclusive didáticos, chegaram até a UFAC, através das aulas, livros, seminários, debates, inclusive com as participações de historiadores de várias universidades. Em termos locais suscitou a necessidade de se introduzir o estudo da história do Acre e da história da Amazônia nos currículos escolares de 1º e 2º grau. Na ausência de material didático, em 1982 a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Acre aderiu a uma proposta de produção de materiais didáticos sobre a História do Acre, apresentada por um grupo de professores/pesquisadores/jornalistas (Célia Pedrina, José Dourado, José Mastrangelo, Josué Fernandes e Valdir Calixto, sob a coordenação deste último), sendo que a continuidade desta proposta ficou na responsabilidade dos professores José Dourado de Souza, Josué Fernandes de Souza e Valdir de Oliveira Calixto, que publicaram o livro intitulado **Acre: uma história em construção**, em 1985, numa edição patrocinada pela Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto. Este livro, podemos dizer, foi um divisor de águas entre uma visão conservadora, tradicional até então prevalecente sobre a história do Acre e uma nova concepção crítica, influenciada pelo materialismo histórico. Anos depois o Prof^o Carlos Alberto Alves de Souza elaborou e publicou, através da Livraria M. Paim, o livro: “História do Acre”, para a 5ª série, o qual foi tirado de circulação, por processo jurídico, porque fazia referência a um personagem histórico, do município de Cruzeiro do Sul, que segundo o texto fez correrias, escravizou e matou índios. No final dos anos de 1990, devido a introdução de história da Amazônia, no currículo do 2º grau, o Prof^o Carlos Alberto Alves de Souza, organizou a publicação “15 textos de história da Amazônia”, e anos depois, “História do Acre – novos temas, nova abordagem”, destinado ao ensino médio e concurseiros.

Portanto, as lutas pela democracia e liberdades envolvendo os profissionais de História ocorreu em várias esferas – dentro e fora da UFAC. No âmbito interno da instituição houveram várias frentes: a dos estudantes, através dos Centros Acadêmicos e/ou Diretório Central dos Estudantes, com práticas e discursos diversos; através das atividades docentes, quanto a ministração de disciplinas ligadas a filosofia, sociologia, teorias da história, quando livros e textos de autores vinculados ao marxismo ou a criticidade do conhecimento eram discutidos; a cursos, seminários, colóquios, simpósios promovidos por agremiações partidárias de oposição a ordem política instituída pelos militares, inclusive, envolvendo as tendências “Caminhando”, “Viração” e “Liberdade e Luta”; e movimentos e manifestações organizadas pelos funcionários e docentes, que contribuíram para a criação dos embriões dos atuais SINTEST e ADUFAC.

Na esfera externa, alunos e docentes de História também participavam de eventos políticos, movimentos culturais, partidos políticos oficiais, ou não, em prol da luta pela democracia, dentro e fora da universidade, a anistia e o pluripartidarismo em termos locais e nacionais. E, a participação nesses espaços de discussões fortaleceram as ações no interior do Curso de Licenciatura em História quanto a necessidade de reformular os conteúdos curriculares de História, tanto nos sistemas de ensino quanto, no que se atém as estruturas curriculares da graduação.

É também nos anos 80 que se organiza a Rede Acreana de Mulheres e Homens que, teve as suas reuniões iniciais, na residência da Prof^a Maria José Bezerra, contanto com as presenças de: Neusinha (Neusa Mitiko Ono), assistente social, Mara Vidal, jornalista, Rosineide Cordeiro, assistente social, e outras, unidas no firme propósito de abrir espaço para as discussões sobre a violência

contra a mulher no Acre, particularmente em Rio Branco, apoiar as que necessitavam de ajuda para romper o ciclo de violência, e encaminhá-las, inclusive com os filhos, quando preciso, para um local sigiloso onde ficassem protegidas, de algum tipo de violência, contávamos, ainda, com o apoio da Diocese de Rio Branco e da Polícia Militar do Estado do Acre, na gestão do Coronel Roberto.

No ano de 1988, a Prof^a Maria José Bezerra produziu, em parceria com técnicas da SEMEC, uma proposta curricular inovadora de história, de 1^a a 4^a série, a qual foi apresentada no Seminário “Perspectiva do Ensino de História”, coordenado pela Prof^a Dr^a Circe Bittencourt, na USP, sendo esta publicada nos Anais do referido Encontro. E, neste evento, manteve contato com os professores Dr. Antônio Torres Montenegro e Dr. Antônio Paulo Resende que assessoravam a Secretaria Municipal de Educação, na cidade do Recife (PE), quanto a revisão do ensino de história, ministrando cursos e discutindo propostas curriculares. A partir de então, se estabeleceu uma parceria entre o Prof^o Dr^o Antônio Torres Montenegro e o Curso de Licenciatura em História, envolvendo a Prof^a Maria José Bezerra, no que refere a revisão do ensino de História e projetos de pesquisa sobre a exclusão de crianças e adolescentes na cidade de Rio Branco, por meio do CDIH, nessa época sob a coordenação da Prof^a Maria José Bezerra.

Até aquele tempo, apesar do noticiário nacional destacar a grave questão social da exclusão e exploração de crianças e adolescentes, sob os mais diversos aspectos, e suas presenças serem corriqueiras nas ruas das grandes cidades, inclusive levantes de jovens nas FEBEMs e massacres por grupos de extermínio, não havia se desenvolvido nenhuma pesquisa histórica a este respeito no estado do Acre, particularmente na cidade de Rio Branco, até que a Prof^a Maria José Bezerra, foi convidada pelo ex-aluno e na época Prof. do Curso de Licenciatura de História, Airton Chaves da Rocha, para lhe assessorar, na condição de Secretário Municipal do Bem Estar Social, além de lhe presentear com livros sobre esta problemática social. Ao aceitar o desafio, além dos projetos oficiais de ação social, da aludida Secretaria, surgiu a ideia de desenvolver projetos de pesquisa, na área de história social: os “Senhores da Rua” e as “Damas da noite”, em interface com outros órgãos, e de envolver estudantes secundaristas e universitários do Curso de História, em estudos, pesquisas, escritos sobre o tema. No meio destes estudantes, surgiu Teresa Almeida Cruz, na época freira, que além de contribuir para as pesquisas institucionais, e sua inserção nos movimentos sociais, anos depois, elegeu as mulheres camponesas, seringueiras, rurais, sua preocupação de pesquisa, em termos do Mestrado e Doutorado.

Ainda nos anos 80, para capacitar recursos humanos para o ensino de história do Acre e da Amazônia, foram realizados cursos de especialização, lato sensu. O primeiro em História Econômica (1985-86), e depois, mais dois em História Econômica e Social da Amazônia, o primeiro no período de 1985/86, e o segundo em 1994.

Todas essas inovações, em termos nacionais, vão culminar com a reformulação da estrutura curricular do Curso de Licenciatura em História, realizada em 1992, quando se introduziu as disciplinas de História do Acre e História da Amazônia, no ano de 1993.

Cabe destacar uma das realizações de grande impacto da UFAC para a melhoria da educação, que foi a interiorização da graduação, que iniciada embrionariamente na gestão do Reitor Moacir Fecury, se fortalece e expande na administração do Reitor Sansão Ribeiro, quando a Pró-Reitoria de Graduação, na gestão da pedagoga Clara Elizabeth Simão Bader elabora e desenvolve o Projeto de Interiorização do Ensino Superior, em interface com o governo do Estado do Acre e os prefeitos dos municípios de Xapuri, Brasília e Tarauacá, oportunizando a implantação dos cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia e Letras.

Todas essas inovações, em termos nacionais, vão culminar na elaboração de um currículo nacional, nos anos 90, os chamados Parâmetros Curriculares Nacionais – Os PCN's, sendo a Prof^a Maria José Bezerra, uma das parecerista da proposta de História.

Quanto a interiorização da Licenciatura em História, esta teve início em 1996, no município de Xapuri, o que possibilitou que vários professores com contratos provisórios, tivessem condições de, através de concurso público, ingressar no quadro permanente, e se capacitar para a ministração dos conteúdos de história, nos diferentes níveis de ensino, com a qualidade exigida. Mas a interiorização do Curso de Licenciatura em História foi se expandindo gradativamente para os municípios de Brasiléia, Cruzeiro do Sul, Feijó, Sena Madureira e Tarauacá. E mais recentemente, a partir de 2006, sob a Coordenação do professor José Dourado de Souza, foram oferecidas seis turmas para atender os professores da Zona Rural dos seguintes municípios: Brasiléia (uma turma), Cruzeiro do Sul (uma turma), Sena Madureira (uma turma), Rio Branco (duas turmas) e Tarauacá (uma turma). Durante a oferta destas turmas para professores da Zona Rural foi empreendido o projeto “História de Comunidades”, onde cada aluno tinha a obrigação de apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tratando a história de sua Comunidade e/ou da Escola onde atuava, mas refletindo a inserção desta escola na Comunidade.

Com a reformulação levada a efeito em 1993, o Curso de História da UFAC, a partir de 1994, passa a ter uma formação conjunta: Bacharelado e Licenciatura, isto por entender que não deve haver separação entre licenciado (professor) e o bacharel (pesquisador), embora a legislação de ensino vigente assim o faça. O professor deve ser um pesquisador. Sem a pesquisa o ensino não se renova. A partir desta compreensão, o aluno ao ingressar na licenciatura em história, a partir do 5º período, este poderia, caso fosse do seu interesse, pagar as disciplinas específicas do bacharelado, e receber o diploma, com as duas habilitações: licenciado e bacharel, com uma única entrada.

Todavia, em 1996, com a publicação dos novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o Ministério da Educação e Cultura (MEC) exige que o Curso de Bacharelado em História, seja desvinculado do Curso de Licenciatura em História, o que implica em entradas separadas via vestibular, restando ao aluno fazer a escolha, via vestibular, ou atual ENEM.

O Projeto deste curso (Bacharelado separado da Licenciatura) só foi implantado em 2006, sendo o seu principal propósito preparar para a carreira do magistério superior, a partir da complementação dos estudos nos programas de mestrado e doutorado, ou com especialização em áreas relacionadas ao campo da arquivista moderna, com ênfase em tecnologia de informação, museologia etc, até porque nestas áreas há uma demanda reprimida, pois se de um lado a memória de instituições, entidades, empresas e movimentos sociais não é organizada, preservada e colocada a serviço dos interessados, existe a necessidade premente de mudar esta situação, o que aumentaria a empregabilidade dos egressos deste curso, em termos do estado do Acre. *Essa é uma luta que necessita ser empreendida.*

Outro aspecto, a considerar é a evasão de alunos no decorrer deste curso, pois vários discentes tentam ser transferido para o curso de licenciatura em história, ou fazer vestibular para outro curso devido as suas deficiências quanto a leitura e interpretação de texto, a carga de leitura exigida pelos professores, a obrigatoriedade da monografia para integralizar os créditos necessários para a conclusão do referido curso e a exígua oferta de empregos para historiadores na região acreana.

Outro grande desafio que merece registro trata-se da implantação do Curso de História (Bacharelado e Licenciatura juntos – o mesmo formato do matutino) no horário da noite, a partir de 1995. Considerando que o curso de História da UFAC sempre se pautou pelo compromisso com

os movimentos sociais e os menos favorecidos, oferecer este curso no horário noturno tinha o propósito explícito de atrair o seguimento dos trabalhadores para receberem uma formação superior que possibilitasse uma sólida compreensão de sua realidade e preparasse estes trabalhadores para lutarem por melhores condições de vida. Mas a escolha pelo curso de história no horário noturno não se dar apenas pela busca de uma formação política que o curso proporciona, mais, também, uma sólida cultura geral, além de ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior, do aluno trabalhador, e a recomendação do MEC quanto a ocupação de vagas ociosas.

No decurso desses 40 anos, um marco jurídico foi fundamental para a introdução de novas disciplinas e a produção de trabalhos trazendo para a escrita da história, TODOS os sujeitos sociais, porém dando-se ênfase aqueles que não foram trabalhados pela historiografia tradicional. O povo brasileiro é múltiplo étnico e culturalmente, porém a profunda desigualdade social e o racismo estrutural e “silencioso” que, na prática, nega o “mito da democracia racial”. Aqueles que pela eugenia do século XIX eram considerados inferiores ou improdutivos, numa concepção nova e democrática da escrita da história, devem ser valorizados. É evidenciar o quanto contribuíram e contribuem para a construção do Brasil.

Portanto, a Constituição de 1988, a Constituição cidadã, ao ampliar os direitos sociais, demonstrou que os pobres, os negros, os índios, as mulheres, os idosos, portadores de necessidades especiais, são sujeitos da história, suas experiências, suas vidas, suas culturas, seus legados devem ser reconhecidos, registrados e discutidos.

Essa compreensão trouxe desafios teóricos, metodológicos, quanto as fontes e a relação da história com outras áreas do conhecimento humano, e, nesse processo, também, as “minorias” começaram a se organizar, a dar voz aos seus anseios, sonhos, por uma vida melhor, digna do ser humano.

E, nesse “estirão” surgiram estatutos e leis em defesa da historicidade de suas vidas e culturas, acesso à educação de nível superior e participação nos espaços institucionais de poder. O continente africano, onde floresceram as antigas civilizações, é onde teve início a aventura humana no planeta. Foi de lá, num longuíssimo processo de migração, paralelo as mutações que a terra sofreu, que nos espalhamos pelo mundo. E, outras questões foram surgindo e sendo colocadas na pauta das discussões nacionais e mundiais.

Diante de tantos desafios, foram introduzidas as disciplinas de História da África e História do Oriente, tão presentes nos contextos mundiais e que nos atingem, nas estruturas curriculares dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História. Porém, foi com a Lei 10.639/03, que determina a obrigatoriedade do ensino de História da África e cultura afro-brasileira e africana, em todas as escolas públicas e privadas, do Ensino Fundamental e Médio, que a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX), através do Diretor de Ações de Extensão, Prof. Dr. José Dourado de Souza, busca parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) - instituição que em articulação com os sistemas de ensino implementa políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena – para financiar ações nestas áreas. Foi assim que o professor José Dourado de Souza convida as professoras Tereza Almeida Cruz e Flávia Rodrigues Lima da Rocha, para (em parceria com organizações e entidades comprometidas com as questões étnicas raciais) elaborarem projetos de Cursos de Especialização em História da África e da Cultura Afro-brasileira, para os professores da educação básica do Estado do Acre, com o oferecimento de quatro turmas: uma em Brasília, uma em Cruzeiro do Sul e duas em

Rio Branco. Ressalte-se que em termos de conteúdo histórico e material didático, para o cumprimento, de fato, da Lei nas escolas da rede de ensino, tendo os cursistas que fazer e apresentar uma monografia de final de curso, o que proporcionou a produção de vários trabalhos. A partir destes cursos várias ações foram se desencadeando, culminando com a criação da UNIAFRO. Surgiram projetos de pesquisa dos alunos, seja para desenvolver nas escolas, seja para concorrer a vagas nos Mestrados de Educação, de Linguagens e Identidades e de Letras, realizados na UFAC. E, a Profª Mestre Flávia Rocha, egressa do Mestrado de Linguagens e Identidades, está, na oportunidade, fazendo o doutorado em Educação, cujo objeto de pesquisa liga-se a temática africana. O Prof. Me. Jorge Fernandes da Silva, do Centro de Educação Artes e Letras (CELA), da UFAC, escreveu o livro: “Negros na Amazônia Acreana” e a dissertação de mestrado: “Trajetórias escolares e profissionais de professores (as) negros (as) que atuam na educação básica na cidade de Rio Branco”, a qual foi posteriormente publicada, em formato de livro.

Por sua vez, a Profa. Dra. Teresa Almeida Cruz ministra, nos cursos de História da UFAC, a disciplina História Indígena do Acre, considerando a Lei 11.645/08, que determina a obrigatoriedade do ensino da história dos povos indígenas, nas escolas públicas e privadas, do Ensino Fundamental ao Médio. Convém ainda assinalar que a Profa. Dra. Maria José Bezerra, atualmente aposentada, coordenou duas Semanas de História sobre os negros no Brasil: “Cem Anos de abolição, e agora? (1988)” e Consciência negra e cultura africana (2009). Também, esta docente preparou os pesquisadores que atuaram na pesquisa sobre “o perfil dos afrodescendentes no Acre”, para atender a uma exigência do governo federal. Foram coletados dados nos vales do Acre, Purus e Juruá e elaborado o Relatório que foi enviado para Brasília.

Com o avanço das pesquisas entre docentes e alunos, especialmente no que se refere as orientações de monografias ou de projetos para o mestrado, os objetos de pesquisa foram se diferenciando cada vez mais de temas ligados ao passado extrativista do Acre, e voltados para questões ligadas ao tempo presente, tendo em vista que os alunos, em geral, escolhem livremente os temas, de acordo com os seus interesses. É, nesse contexto que a história das mulheres começa a ser pesquisada, devido a ocorrência de casos que chocaram à opinião pública e numa época, em que ainda não havia a Delegacia da Mulher.

Um trabalho pioneiro sobre esta problemática, é que quando ministrava disciplinas no Curso de Bacharelado em Economia, a Profa. Maria José Bezerra orientou uma monografia sobre a mulher acreana e o mercado de trabalho, “As andanças de Amélia”, e ainda nos anos de 1990 participou do projeto e pesquisa sobre a violência física e sexual contra a mulher na cidade de Rio Branco. Estudo este financiado pela Fundação Ford, e em decorrência dos resultados desta pesquisa, foram produzidas cartilhas, palestras, vídeos, de caráter didático, inclusive com o envolvimento do Centro de Defesa Direitos Humanos e Educação Popular e da Rede Acreana de Mulheres e Homens. Mais adiante, a Profa. Tereza Cruz, inserida no quadro de docentes, tanto no mestrado, quanto no doutorado junto a UFSC desenvolveu investigações históricas sobre mulheres rurais, inclusive fazendo análises comparativas com as mulheres de Mayombe.

No ano de 2006, numa parceria com a Secretaria Extraordinária da Mulher, a Profa. Dra. Maria José Bezerra, contribuiu para a organização da Revista Acre das Mulheres, na qual publica um artigo. Desde então, a temática da mulher sobre matizes diferentes vem sendo abordada por docentes, discentes e ex-alunos.

Torna-se importante ressaltar que o debate político, social e cultural é a tônica da produção acadêmica dos docentes e discentes dos Cursos de História, em geral, com base na inspiração teó-

rica dos marxismos, ou da história social crítica inglesa ou francesa, de intelectuais africanos ou dos Analles, particularmente da terceira e quarta geração de historiadores, com o propósito de trazer para a escrita da história, os atores sociais não evidenciados pela historiografia tradicional, buscando sempre inovar quanto as fontes e temas, e inserindo-os ou vinculando-os à territorialidades do Acre, Amazônia, Brasil, ou que foram abordados sem a devida relevância histórica. Seringueiros, ribeirinhos, agricultores, povos indígenas estão sendo relidos. No que diz respeito, a história dos povos indígenas do Acre, a Profa. Mestre Maria Ariádina Almeida está produzindo uma tese de doutorado em História, sobre esta temática.

Merece destaque a pesquisa realizada por uma turma de alunos do Curso de Licenciatura em História sobre “Seringueiros – memória, história e identidade”, publicada em 3(três) volumes e lançados no Anfiteatro Garibaldi Brasil, com as presenças dos entrevistados e a projeção do vídeo: “O seringueiro conta a sua história”. Indescritível a emoção destas pessoas simples, ao receber o volume que continha a sua trajetória, pois, em geral, só os grandes personagens têm esta honra. *Era o “Oscar” da vida.*

Há que se considerar, também, a contribuição do programa de mestrado e agora, também, doutorado em Linguagens e Identidades, liderado pelo Prof. Dr. Gerson Rodrigues de Albuquerque, egresso do Curso de Licenciatura em História, com mestrado e doutorado na PUC/SP. Registre-se que vários docentes do curso de graduação em história, conseguem a titulação de Mestre, através deste programa, além de ex-alunos e professores da rede pública.

É mister enfatizar que fazer mestrado e doutorado, sendo docente de uma universidade periférica e localizada tão distante dos grandes centros do país, era um desafio para a maioria dos docentes de história, na medida em que tinha que esperar a vez, ser aprovado na seleção, conseguir a liberação de suas atividades na universidade, com direito ao salário, e uma bolsa, considerando os gastos extras, acrescentando-se que alguns obtiveram suas titulações, através de universidade particular (PUC- SP), como foi o caso dos professores Airton Chaves da Rocha, Carlos Alberto Alves de Souza, Gerson Rodrigues de Albuquerque e Francisco Pinheiro de Assis.

Portanto, foi com o Mestrado Interinstitucional com a UFPE e o DINTER com a Universidade de São Paulo, que conseguimos avançar quanto a qualificação docente, em tempo recorde, além de se aumentar a produção historiográfica sobre o Acre/Amazônia, trazendo novos temas, novos objetos, novos debates, o que tem contribuído, consideravelmente, para a ministração das disciplinas de Acre e Amazônia nos cursos de história, e no ensino destas disciplinas na educação básica, paralelo a uma revisão historiográfica de vários destes trabalhos, e de outros mais antigos.

A qualificação do quadro docente da Área de História é bastante considerável. Dos vinte e quatro professores efetivos, apenas três ainda não possuem doutorado (Fortunato Martins Filho, Maria Ariadina Almeida e Rosana Martins de Oliveira), sendo que os dois primeiros encontram-se em fase de conclusão de suas teses. Alguns já fizeram seus estágios de pós-doutoramento: Airton Chaves da Rocha, Eduardo de Araújo Carneiro, Francisco Pinheiro de Assis e Sandra Tereza Cadiolli Basílio. E a partir de setembro deste ano (2019), o prof. Dr Francisco Bento da Silva estará realizando o seu.

Relevante ainda destacar a participação de docentes e ex-alunos dos cursos de história na gestão de setores públicos, tanto fora como dentro da UFAC, como podemos citar alguns: Airton Chaves da Rocha – Vereador (Presidente da Câmara), Vice-Prefeito, Secretário Municipal de Educação; Aníbal Diniz – Assessor de Comunicação Social do Estado do Acre, Senador da República; Francisco Afonso Nepomuceno – Assessor Especial de Gabinete do Governo Jorge Viana,

Secretário de Articulação Política do Governo Tião Viana; Josué Fernandes de Souza – Pró-Reitor de Extensão e Cultura da UFAC, Secretário de Educação do Estado do Acre, Superintendente do INCRA no Acre; José Dourado de Souza – Diretor de Recursos Humanos do Estado do Acre, Assessor Especial de Gabinete do Governo Jorge Viana, Pró-Reitor de Extensão e Cultura da UFAC; Marina Silva – Senadora da República, Ministra do Meio Ambiente do Brasil, Candidata a Presidência da República por duas vezes; Moacir Fecury Ferreira da Silva – Reitor da Universidade Federal do Acre, Secretário Municipal de Educação; Pedro Martinello – Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFAC; Sérgio Roberto – Sub-Secretário de Educação do Estado do Acre, Sub-Secretário de Saúde do Estado do Acre.

É importante destacar a contribuição do professor Rômulo Garcia de Andrade, um dos criadores do Curso de História e da Associação dos Docentes da UFAC. Professor de uma competência indiscutível e que proporcionou uma grande contribuição para o Curso de História da UFAC e influenciou política e ideologicamente uma geração de alunos e de professores deste curso, além da contribuição que deu aos movimentos sociais do Acre em relação a formação política, ideológica e organizacional destes organismos. Devemos reconhecer, também, a contribuição dada pela professora Maria José Bezerra, pernambucana de nascimento mas acreana de vivência, com uma produção intelectual sempre voltada para uma intervenção social em favor dos menos favorecidos, dos excluídos econômica e socialmente. Esta professora, mesmo já aposentada, continua contribuindo, ministrando cursos de extensão e orientando professores e alunos em seus projetos de pesquisa e na elaboração de monografias, dissertações e teses.

A adesão do Curso de Licenciatura em História da UFAC ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), ocorrida a partir da proposta apresentada pelo Prof. Dr. José Dourado de Souza à CAPES, vai se constituir numa importante contribuição à formação inicial do professor de história. Este programa, institucionalizado na UFAC em 2007, com as licenciaturas em Biologia, Física, Matemática e Química, expande-se a partir de 2012, com a adesão de outras licenciaturas, dentre elas a História. A proposta apresentada pelo professor José Dourado de Souza foi contemplada com 37 bolsas, sendo 30 para Iniciação à Docência (alunos do Curso de Licenciatura em História da UFAC), 06 para Supervisores (professores das escolas que passaram a receber o Programa) e 01 para Coordenador (professor do Curso de Licenciatura em História da UFAC – neste caso, o professor José Dourado de Souza).

Este subprojeto da Área de História, que inicialmente vai atuar em seis escolas da Rede Pública Estadual, tinha (e tem) como principal propósito, contribuir para a melhoria da qualidade da formação inicial de professores de história, constituindo-se em uma importante política pública de valorização da carreira do magistério, oportunizando aos alunos do Curso de Licenciatura em História da UFAC e professores de história das escolas do ensino Fundamental e Médio de Rio Branco, inovarem metodológica e tecnologicamente em suas práticas docentes, contribuindo para que o conhecimento histórico ganhe novos significados, e com isto possa ajudar no processo de transformação da sociedade. Esta primeira edição do subprojeto do PIBID da Área de História, que teve a duração de um ano, foi prorrogado por mais seis meses, encerrando-se em fevereiro de 2014.

Um novo edital foi publicado e em março deste mesmo ano (2014) a proposta apresentada pelo professor José Dourado de Souza foi aprovada novamente, agora com 100 bolsas, sendo 80 para bolsistas de Iniciação à Docência (alunos do Curso de Licenciatura em História), 16 para supervisores (professores das escolas) e 04 para coordenadores (professores de história da UFAC),

que agora, além do professor José Dourado de Souza, passou a contar com a participação dos professores Francisco Bento da Silva, Francisco Pinheiro de Assis e Geórgia Pereira Lima. Esta nova edição do PIBID História UFAC foi encerrada em março de 2018, e somente em agosto deste mesmo ano tem início uma nova etapa deste programa, agora com nova performance: um Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que tem como coordenadores os professores José Dourado de Souza e Armstrong da Silva Santos e outro de Residência Pedagógica que tem como coordenadores os professores Flávia Rodrigues Lima da Rocha e Francisco Pinheiro da Silva.

Esta nova etapa tem prazo até fevereiro de 2020 e foi contemplada com 112 bolsas, sendo: 48 para bolsistas de Iniciação à Docência (alunos do Curso de Licenciatura em História), 48 para bolsistas de Residência Pedagógica (também alunos do Curso de Licenciatura em História), 06 para supervisores do PIBID História UFAC (professores das escolas), 06 seis para preceptoras da Residência Pedagógica (professores das escolas), 02 para coordenadores do PIBID História UFAC (professores de história da UFAC) e 02 para Coordenadores da Residência (professores de história da UFAC).

Resumidamente uma avaliação preliminar deste programa indica alguns pontos de extrema importância no processo de formação dos nossos alunos e de fortalecimento do nosso curso de Licenciatura em História, como: a) contribuiu para criar nos nossos licenciados um novo estímulo e interesse pela profissão de professor de história; b) diminuiu significativamente a evasão dos nossos acadêmicos do Curso de Licenciatura em História; c) despertou nos professores das escolas o interesse por novas possibilidades teóricas, metodológicas e tecnológicas no ensino de história; d) os ex-bolsistas do PIBID História UFAC alcançaram as melhores classificações nos dois últimos concursos para professores de história do estado; e) elevou o percentual de graduados, em Licenciatura em História, no ingresso dos cursos de mestrados da UFAC, antes liderado pelo curso de Bacharelado em História, inclusive registrando-se na última seleção do Mestrado em Educação, um terço dos selecionados sendo ex-bolsistas do PIBID História UFAC; f) a grande maioria dos selecionados para professor substituto na área de história da UFAC foram bolsistas do PIBID História UFAC; e g) muitos alunos do ensino médio que participaram das ações do PIBID História UFAC em suas escolas optaram em fazer o curso de História na UFAC.

Outro programa de grande importância para o fortalecimento do nosso curso e uma melhor qualificação do profissional de história que formamos tem sido o Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE). Programa este coordenado institucionalmente pelo professor José Dourado de Souza, que conta com uma equipe de seis docentes: Armstrong da Silva Santos e Geórgia Pereira Lima – da Área de História; Anderson Azevedo Mesquita e Waldemir Lima dos Santos (da Área de Geografia); e, Aristides Moreira Filho e Manoel Coracy Saboia Dias – da Área de Filosofia. Além destes docentes temos o gerenciamento do professor Antonio Davi Sobrinho – Técnico em Assuntos Educacionais; e a colaboração de 12 bolsistas (alunos dos cursos de Filosofia, Geografia e História) que são mantidos por uma parceria com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES).

Este projeto do Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores, das áreas de História, Geografia e Filosofia (LIFE/HGF), da Universidade Federal do Acre (UFAC), foi concebido e selecionado a partir da divulgação do Edital LIFE nº 067/2013 – CAPES e internamente através do Edital nº 25/2013 – PROGRAD/UFAC.

Com a divulgação destes editais os professores responsáveis pelas disciplinas de ensino e de estágio dos Cursos de História, Geografia e Filosofia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas

(CFCH) da UFAC, iniciaram uma série de reuniões para debater e avaliar a viabilidade de elaborar um projeto visando concorrer a estes editais.

Este projeto, financiado pela CAPES, foi contemplado com um valor de CR\$ 480.000,00 e busca melhorar expressivamente a qualidade dos cursos de História, Geografia e Filosofia, através do desenvolvimento de práticas interdisciplinares, integrando professores destes cursos, seus respectivos licenciandos e alunos e professores das escolas públicas de Ensino Básico.

O valor financiado permitiu o aparelhamento físico e instrumental, estruturado com a instalação de laboratório, biblioteca e espaço destinados a atividades práticas de elaboração de materiais didáticos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas interdisciplinares voltadas para às áreas de História, Geografia e Filosofia, com suporte de multimídia, computadores, impressoras, projetores, caixas de som, vídeos, filmes, filmadoras, câmeras fotográficas, livros, mapas, globos, planetários, gravadores, equipamentos de estudos e pesquisas na área de geografia etc.

O projeto vem atuando dentro de eixos temáticos voltados para as múltiplas linguagens e seus suportes oferecendo aos professores das áreas envolvidas a interação sob o ponto de vista metodológico da criação e produção de textos, hipertextos, vídeos-relatos, mapas conceituais, vídeos-aulas, módulos didáticos, projetos de aprendizagem para o Ensino Básico, projetos de pesquisa teórico e/ou de campo, elaboração de resenhas, artigos científicos etc. Busca ser um dispositivo articulador e dinamizador de experiências metodológicas de aprendizagem inovadoras, na medida em que enfoca processos de formação articulados com propostas interdisciplinares.

Além de subsidiar com seus equipamentos, materiais e pessoal as ações dos programas do PIBID nas Áreas de História, Geografia e Filosofia, este laboratório tornou-se referência nas ações e práticas didática-pedagógicas dos diversos cursos da UFAC e de escolas da educação básica e de outras instituições educacionais e/ou culturais. No mais, por ocasião da avaliação do MEC nos cursos de Bacharelado em História e em Geografia, como também na formulação da proposta do Mestrado Acadêmico em Geografia e Mestrado Profissional em História, o LIFE constituiu-se em um elemento de extrema importância na avaliação destas propostas.

Dois outros projetos, recentemente implantados, de grande importância para os cursos de História da UFAC foram as Revistas Científicas **Jamaxi** e **Das Amazônias**. A revista Jamaxi tem como principal objetivo divulgar a produção científica dos nossos docentes, mas também de pesquisadores de outras áreas e instituições. A revista tem como editor chefe o prof. Dr. Sérgio Roberto Gomes de Souza e encontra-se em sua terceira edição. A revista **Das Amazônias**, trata-se de um espaço direcionado, prioritariamente, para publicação das produções científicas dos alunos dos cursos de história, mas está aberta para publicação das produções de alunos de outros cursos.

O Mestrado Profissional em História da UFAC, recentemente aprovado pela CAPES trata-se de outra grande conquista para os cursos de história. Em breve será divulgado o seu primeiro Edital de seleção para ingresso ao programa. Desta forma, estamos contribuindo decisivamente com a formação continuada dos nossos egressos do curso de Licenciatura em História que se encontram atuando como professores de história, da educação básica. Por outro lado, a possibilidade de frequentar um mestrado após a conclusão da licenciatura, cria a expectativa de um ambiente de maior dedicação, dos nossos alunos, durante a sua formação inicial, pois existe a possibilidade de ingressar no mestrado, caso tenha uma boa formação.

O Mestrado Acadêmico em História da UFAC é o próximo grande desafio dos professores desta área. O Bacharelado em História, criado em 2006, se constitui em um embrião desta propos-

ta. A partir de 2010 tem início as primeiras defesas de monografias, somando hoje mais de cem defesas, o que se constitui uma reconhecida produção intelectual de nossos alunos.

Porém, nós da área de história, com a instituição da nova ordem política no Brasil, com a eleição de um governo extremamente conservador, no pleito de 2018, estamos presenciando uma “guinada” para o conservadorismo, agravada pela crise política, econômica, moral e ética brasileira, e da forte tendência de que o currículo escolar passe por profundas mudanças, quanto a diminuição da carga horária destinada a disciplina história, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio, e também alterações quanto as abordagens teóricas da história presentes nos livros didáticos mais críticos. Para que se tenha uma ideia, pós 1964, os historiadores brasileiros não tinham acesso aos documentos referentes ao Brasil República, só os norte-americanos, os denominados brasilianistas, podiam pesquisar nos arquivos proibidos.

O fato é que existe uma íntima relação entre história e poder, a qual permeia a evolução das sociedades humanas, e sempre que há mudanças na estrutura política e ideológica do Estado, os currículos de determinadas áreas do conhecimento são radicalmente modificados, conforme a visão e os interesses dos que estão no poder. É o Estado que através dos seus técnicos, do Ministério de Educação, que definem o que deve ser ensinado nas escolas. Não são os professores ou as secretarias de educação estadual e municipal.

Os conteúdos curriculares, a escolha do livro didático, sua aquisição e distribuição nas escolas públicas é tarefa do Estado. Portanto, há uma dicotomia entre as abordagens históricas no livro didático e a história produzida pelos especialistas: historiadores, ou escritores, juristas, jornalistas. Estas atingem um público mais elitizado, intelectualizado que, aliás, pode comprar livros, num país em que se lê muito pouco, por razões econômicas e do analfabetismo institucional. Ler é ir além da decodificação das palavras. É interpretar, reescrever o lido, conforme sua compreensão.

Outro aspecto a salientar é que a redução da carga horária da disciplina história se refletirá na empregabilidade dos egressos do Curso de Licenciatura em História, numa unidade da federação brasileira, em que o governo, nas suas três esferas (federal, estadual e municipal), é o maior empregador, e a educação é uma das áreas que oferta mais empregos, acrescido do agravante de que história sempre teve uma carga horária menor que língua portuguesa e matemática. Estes fatores podem contribuir para uma menor procura desta modalidade de licenciatura plena, no exame do ENEM. Aliás, cumpre-nos destacar que, segundo os avaliadores do Ministério de Educação tanto a Licenciatura quanto o bacharelado em história têm nível 4.

A UFAC, assim denominada após a Reforma Administrativa de 1987, desde o nascimento teve e tem cumprido a responsabilidade de capacitar recursos de nível superior que contribuam para o desenvolvimento regional, até porque, durante anos, foi a única instituição existente no estado do Acre, com esta finalidade. Num passado mais recente, surgiram várias faculdades e universidades privadas, algumas delas destinadas aos segmentos populares, cujas mensalidades são de baixo valor, além das alternativas de graduação e pós - graduação via online.

Porém, ao longo dos seus 50 anos de existência, a UFAC se expande em termos de base física e do número de cursos de graduação e pós-graduação, *lato e stricto sensu*, na cidade de Rio Branco (sede), e em Cruzeiro do Sul (Campus Floresta) e em vários outros municípios com os programas de interiorização. E, *o eco do combatei pela história, do mestre José Honório Rodrigues, é o cerne do agir histórico dos docentes, alunos e egressos dos cursos de História nas “trincheiras” da vida.*

E, nesse contexto, a história da UFAC é a expressão das lutas pelas liberdades e igualdades através da educação. Ela tem sido, através dos egressos dos seus variados cursos, um bastião, uma

fortaleza, um baluarte, para que diferentes combatentes “embalados” pelos sonhos de construir um mundo melhor, sejam agentes de transformação, através do exercício de suas profissões, e de suas obrigações políticas e cívicas, no Acre, nas Amazôniaas e além fronteiras ... Sem acesso à educação pública e de qualidade, não há progresso, desenvolvimento humano, num ‘país-continente’, marcado por diversidades.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BENEHIN, Carlos Tumermam. **El nuevo concepto de extensão universitária y difusão cultural**. México: UNAM, 1978.
- BEZERRA, Maria José. **Relatório de atividades do CDIH**. Rio Branco: UFAC, 2000.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais: História e Geografia/ Secretaria de Educação Fundamental- Brasília: MEC /SEF, 1997.**
- BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel G., NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania. Quem educa o cidadão?** São Paulo Cortez, Autores Associados, 1987.
- BURKE, Peter. **A escrita da história**. Novas perspectivas. (Org). São Paulo: UNESP, 1992.
- CABRINI, Conceição, CAMPI, Helenice, VIEIRA, M. do Pilar Araújo, PEIXOTO, Vavy Pacheco. **O ensino de história** (revisão urgente). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas/ São Paulo: Papyrus, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- GADOTTI, Moacir. **A educação contra a educação**. O esquecimento da educação e a educação permanente. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.
- LE GOFF, Jacques. **Memória e história**. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.
- SAVIANNI, Dermeval. **Pedagogia histórico- crítica**. Desafios e perspectiva para uma nova educação. São Paulo: Saraiva, 2012.
- SOUZA, Áulio Gélio Alves de. **História da criação do ensino superior no Acre**. Brasília: Thesaurus, 2006.

Data de submissão: 15/05/2019

Data de aprovação: 20/06/2019